

Sua sessão expira em: 28 Minutos 36 Segundos

Página Inicial Ações de 1º Grau Ações do 2º Grau Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas para Peticionar Estatísticas Outros [Sair do Sistema](#)

## DADOS DO PROCESSO



**Sucesso:**

- Documento(s) foram inseridos com sucesso! CÓDIGO DO PROTOCOLO:17457463 - 28 de Agosto de 2019 às 15:32:05

Processo nº 0010449-72.2019.818.0002 ( 141 dias em tramitação )

Proc. Principal	O Próprio	Proc. Dependentes	Recursos Originários/Ações Autônomas
<b>Juízo:</b>	J.E. Cível Piripiri - Anexo 1 CHRISFAPÍ	<b>Juiz:</b> MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE	
<b>Assunto:</b>	Acidente de Trânsito « Indenização por Dano Material « Responsabilidade Civil « DIREITO CIVIL		
<b>Complementares:</b>			
<b>Classe:</b>	Procedimento do Juizado Especial Cível « Procedimento de Conhecimento « Processo de Conhecimento « PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO		
<b>Segredo de Justiça</b>	NÃO		
<b>Fase Processual:</b>	CONHECIMENTO		
<b>Situação:</b>			
<b>Valor da Causa:</b>	R\$ 6.615,00		
<b>Cartório Extrajudicial:</b>			
<b>Petições P/ Analisar:</b>	5 juntada(s)		
	INEXISTENTE		
		<b>Objeto</b>	<b>OBJETO NÃO CADASTRADO</b>
		<b>Data de Distribuição</b>	9 de Abril de 2019 às 08:50:21
		<b>Último Evento</b>	Juntada de Petição de Recurso Inominado
		<b>Prioridade</b>	
		<b>Prazos Para certificar em Vara</b>	0 intimações 0 cumprimentos do cartório

### Destacar movimentações realizadas por:

☐ Magistrados ☐ Secretaria ☐ Advogados ☐ Ministério Público ☐ Cartórios Extrajudiciais ☐ Turma Recursal ☐ Outros

### Navegar pelo Processo

<input type="checkbox"/> Nº	Eventos do Processo	Data	Perfil	Movimentado por	Arquivos/Observação
<input type="checkbox"/> 35	Juntada de Petição de Recurso Inominado	28/08/2019 15:32	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
<b>Arquivos:</b>	RECURSO INOMINADO	<b>Ass.:</b> HERISON HELDER PORTELA PINTO	<b>Data inclusão:</b> 28/08/2019 15:32	2597912_RECURSO_INOMINADO_01.pdf	
	RECURSO INOMINADO	<b>Ass.:</b> HERISON HELDER PORTELA PINTO	<b>Data inclusão:</b> 28/08/2019 15:32	Anexo_01.pdf	
<input type="checkbox"/> 34	Intimação lido(a) (Por FRANCISCO DAS CHAGAS teve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 26/08/19 *Referente ao evento Decisão ou Despacho(15/08/19)	27/08/2019 00:15	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
<input type="checkbox"/> 33	Intimação lido(a) (Por HERISON HELDER PORTELA PINTO) em 22/08/19 *Referente ao evento Decisão ou Despacho(15/08/19)	22/08/2019 09:56	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
<input type="checkbox"/> 32	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.)	15/08/2019 11:53	Juiz de Direito	MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE	
<input type="checkbox"/> 31	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de FRANCISCO DAS CHAGAS )	15/08/2019 11:53	Juiz de Direito	MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE	
<input type="checkbox"/> 30	Decisão ou Despacho	15/08/2019 11:53	Juiz de Direito	MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE	
<input type="checkbox"/> 29	Conclusos para Despacho Juiz(za) Titular MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE	07/08/2019 08:55	Diretor de Secretaria	JESSICA ARIANE SAMPAIO DE LIMA	
<input type="checkbox"/> 28	Conclusos para Despacho	07/08/2019 08:55	Diretor de Secretaria	JESSICA ARIANE SAMPAIO DE LIMA	
<input type="checkbox"/> 27	Juntada de Petição de Embargos de Declaração	06/08/2019 17:13	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
<input type="checkbox"/> 26	Intimação lido(a) (Por LUIS CARLOS) em 06/08/19 *Referente ao evento Com Resolução do Mérito(29/07/19)	06/08/2019 12:55	Advogado	LUIS CARLOS	
<input type="checkbox"/> 25	Intimação lido(a) (Por HERISON HELDER PORTELA PINTO) em 05/08/19 *Referente ao evento Com Resolução do Mérito(29/07/19)	05/08/2019 15:00	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
<input type="checkbox"/> 24	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.)	29/07/2019 10:22	Juiz de Direito	MARIA HELENA REZENDE ANDRADE CAVALCANTE	



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE PIRIPIRI/PI**

**PROCESSO N. 00104497220198180002**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentar seu **RECURSO INOMINADO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Turma recursal.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

PIRIPIRI, 23 de agosto de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLEND A CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “*a quo*” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

**DA AUSÊNCIA DE COBERTURA - AUSÊNCIA DO B.O**  
(B.O. ACOSTADO NÃO E REFERE AO ACIDENTE EM TELA)

O seguro obrigatório (DPVAT), como cediço, é um contrato legal, de cunho social, regulamentado pela Lei n.º 6.194/74, em que o segurado é indeterminado. Ele tem por objetivo a reparação por eventual dano pessoal, independente de juízo de valor acerca da existência de culpa. Ou seja, para que o sinistro seja considerado protegido pelo seguro DPVAT é necessário que ele tenha sido ocasionado pelo uso de veículo automotor.

A parte Apelada apresentou sua tese de maneira simplista, pois nem sequer foi apresentado boletim ocorrência relativo ao sinistro em tela, ocorrido em 09/02/2017.

Cumpr e ressaltar, que o único B.O. acostado, noticia fato ocorrido em 09/02/2018, não se mostrando hábil a comprovar o acidente narrado na inicial.

**Todavia, para que se faça jus à indenização pelo Seguro DPVAT, se faz mister que esteja comprovada a dinâmica dos fatos, pois é necessário que o acidente tenha ocorrido num contexto de trânsito, ou seja, com o veículo em movimento em vias terrestres.**

**Cumpr e ressaltar, a simples indicação de acidente de trânsito na documentação médica não prova da efetiva ocorrência de um acidente de trânsito, mormente, pois no caso em tela a informação foi obtida pelo próprio autor, já que não houve a condução da vítima não se deu por nenhum órgão público.**

Portanto, não havendo prova do acidente em si, não há como se admitir **o pagamento de indenização do seguro DPVAT, cabendo a reforma da sentença pela total improcedência da demanda.**

**DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO**

**LESÃO PREEXISTENTE**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Por amor ao debate a Apelante traz à baila, em uma simples consulta em seus arquivos que a parte Apelada, já percebeu a indenização do seguro DPVAT em face de outro sinistro ocorrido em 28/07/2010, já tendo recebido

da Seguradora administrativamente exatamente a quantia de **R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, o correspondente à 50% da invalidez do JOELHO DIREITO.

- **Sinistro ocorrido em 28/07/2010** – regulação administrativa nº 2011294197– pagamento no valor de 1687,50 – referente à **JOELHO DIREITO 50 %**.

**Laudo administrativo:**

PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL		Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT
<b>DADOS DO SINISTRO</b>		
<b>Número:</b> 2011294197	<b>Cidade:</b> PIRIPIRI	<b>Natureza:</b> Invalidez
<b>Vítima:</b> FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA	<b>Data do acidente:</b> 28/07/2010	<b>Emissor do parecer:</b> Jorge Alberto C de Souza
<b>Seguradora:</b> AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS	<b>Prestadora:</b> Visão Médica Ltda	<b>CRM do médico:</b> 377300
<b>PARECER</b>		
<b>Data da análise:</b> 25/08/2011		
<b>Valoração do IML:</b>		
<b>Perícia médica:</b> Não		
<b>Diagnóstico:</b> FRATURA EM PLATO TIBIAL DIREITO		
<b>Resultados terapêuticos:</b>		
<b>Sequelas permanentes:</b> LIMITAÇÃO FUNCIONAL DO JOELHO DIREITO		
<b>Sequelas:</b> Com sequela		
<b>Conduta mantida:</b> Não		
<b>Quantificação das sequelas:</b> INVALIDEZ PARCIAL /JOELHO DIREITO:50% DE 25%= 12,5%		

**Comprovante de pagamento administrativo:**

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	31/08/2011
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00699

CONTA: 000000006540-8

Nr. da Autenticação 5924CF2892149093

Ocorre que, por meio da ação supracitada, a vítima também recebeu mais R\$ 5.062,50 (cinco mil e sessenta dois reais e cinquenta centavos), a título de complementação da indenização, somando um total recebido, por este sinistro, de R\$ 6.7500 (seis mil setecentos e cinquenta), conforme comprovam as copias anexas.

- **Sinistro ocorrido em 09/02/2017 (SINISTRO EM TELA)** – regulação administrativa nº 3180468909– pagamento no valor de R\$ 843,75 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS) – referente à **JOELHO DIREITO 25 %**.

**Laudo administrativo:**

DADOS DO SINISTRO				
Número: 3180468909	Cidade: Piripiri	Natureza: Invalidez Permanente		
Vítima: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA	Data do acidente: 09/02/2017	Seguradora: ALFA PREVIDENCIA E VIDA S.A.		
PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA				
Data da análise: 28/12/2018				
Valoração do IML: 0				
Perícia médica: Não				
Diagnóstico: FRATURA DO PLATÔ TIBIAL DIREITO.				
Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (PLACA E PARAFUSOS) E ALTA MÉDICA.				
Sequelae permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DE MOVIMENTO DO JOELHO DIREITO.				
Sequelae: Com sequela				
Conduta mantida:				
Quantificação das sequelae: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL INTENSO DO JOELHO DIREITO.				
Documentos complementares:				
Observações: LAUDO IML DO DIA 06/09/2018 DR.REGIS CARLOS DE OLIVEIRA SOUSA,CRM-5221 UF:PI QUESITO 4º-SIM. OBS: VÍTIMA JÁ INDENIZADA EM SINISTRO ANTERIOR EM 50% DO JOELHO DIREITO SINISTRO ATUAL 25 % PARA COMPLEMENTAR GRAU INTENSO.				
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

**Comprovante de pagamento administrativo:**

**BRADESCO**

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237 AGÊNCIA: 2373-6 CONTA: 000000429200-6

DATA DA TRANSFERENCIA: 08/01/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA

BANCO: 237

AGÊNCIA: 05808-4

CONTA: 000000068004-4

Nr. Autenticação

BRADESCO080120190500000000002370580800000006800484375 PAGO

Assim, a presente demanda trata-se indenização securitária em decorrência de lesão preteritamente afetada, ou seja, o Apelado não pode pleitear verba indenizatória de membro com deformidade permanente preexistente!

Assim, é de grande importância este Egrégio Tribunal atentar-se que a parte Apelada já realizou pleito administrativo indenizatório DPVAT em virtude de invalidez permanente decorrente de acidente pretérito e **já pagou em sede administrativa para recorrida o valor de R\$ 2.531,25 em relação a 75 % do JOELHO.**

Não obstante a recorrente traz a colação jurisprudência pátria em caso análogo, como segue:

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT. NEXO CAUSAL. NÃO COMPROVAÇÃO. LAUDOS DO IML E DO JUÍZO QUE APONTAM QUE A –LESÃO INCAPACITANTE É ANTERIOR AO ACIDENTE. RECURSO IMPROVIDO.** Para que se configure o direito à verba indenizatória do Seguro DPVAT, faz-se necessário que o evento morte ou invalidez haja sido consequência do acidente automobilístico. Ao autor incumbe a comprovação (art. 333, I, CPC) do nexo de causalidade entre a invalidez apresentada e o acidente relatado. Embora não esteja o Juiz adstrito às conclusões do laudo pericial (art. 436 do CPC), deve este ser prestigiado quando inexistente nos autos elementos ou provas capazes de infirmar as assertivas nele lançadas. Concluindo a perícia que a invalidez apresentada é preexistente ao acidente e que restou ausente prova do seu agravamento, a improcedência do pedido se impõe. RECURSO IMPROVIDO.

**(TJ-BA - APL: 00801731320118050001 BA 0080173-13.2011.8.05.0001, Relator: Maria do Socorro Barreto Santiago, Data de Julgamento: 18/02/2014, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 19/02/2014)**

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênia, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a recorrente opõe o presente Recurso, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Equivoca-se a parte recorrida quando tenta fazer crer que faz *jus* ao recebimento a nova indenização em grau total, sem atentar-se que já recebeu conforme a Lei 11.945/2009 em que nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber 2 (DUAS) VEZES este valor alegando novo sinistro e nova lesão.

Portanto, não há qualquer valor a ser indenizado ao recorrido em relação ao sinistro noticiado nos autos, pois, se assim fizéssemos ESTAREMOS PAGANDO 2(DUAS) VEZES PARA UM SINISTRO DE INVALIDEZ, A PARTE APELADA MAIS DO QUE A LEI PREVÊ PARA PAGAMENTO POR MORTE POR EXEMPLO, para corroborar com o alegado.

Desta forma, requer a Apelante que seja a referida SENTENÇA REFORMADA *IN TOTUM*, a fim de que sejam julgados improcedentes os pedidos da Apelada.

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

PIRIPIRI, 23 de agosto de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrito na **1841 - OAB/PI** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA**, em curso perante a **ÚNICO JEC** da comarca de **PIRIPIRI**, nos autos do Processo nº 00104497220198180002.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819





Poder Judiciário do Estado do Piauí  
**Tribunal de Justiça do Piauí**  
Fundo de Reparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense

**COMARCA DE PIRIPIRI / JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL - ANEXO**  
**CHRISFAPI**

**Guia de Recolhimento da Justiça** (por usuário da justiça)

Número do Processo: **00104497220198180002**

Juizado Especial  
RECURSO INOMINADO - JECC

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	Selos	Valor (R\$)
03.07	Causas do Juizado Especial Cível	1	0	371,59
25.07	Recurso Inominado - Turma Recursal	1	0	557,45
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	0	66,15
<b>TOTAL</b>				<b>995,19</b>

Cedente	Agência / Cód. do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ	3791 / 9665-2	R\$	1	30881250001293153-5

Número do documento	Contrato	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento
255 7C2 1292034		10.540.909/0001-96	25/09/2019	995,19

(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado
				995,19

Sacado
FRANCISCO DAS C DE SOUSA X LIDER PROC 00104497220198180002 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



001-0

00190.00009 03088.125004 01293.153175 1 80230000099519

Local de pagamento	Vencimento
Pagável em qualquer banco até o vencimento.	25/09/2019

Cedente	Agência/Código cedente
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ (CNPJ:10.540.909/0001-96)	3791 / 9665-2

Data do documento	No. documento	Espécie doc.	Acceite	Data process.	Nosso número
26/08/2019	255 7C2 1292034	DM	N	26/08/2019	30881250001293153-5

Uso do banco	Carteira	Espécie	Quantidade	x Valor	(=) Valor documento
	17	R\$	1	995,19	995,19

Texto de Responsabilidade do Cedente  
(APÓS O VENCIMENTO COBRAR 2% DE MULTA + 1% DE JUROS A.M.)

PIRIPIRI / JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL - ANEXO CHRISFAPI

Emitida por **Usuário da Justiça**

Número do Processo: **00104497220198180002**

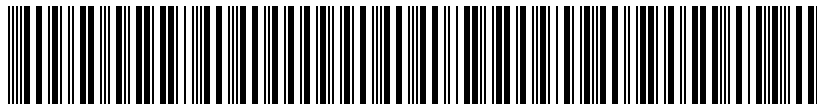
Valor da Ação: R\$ 6.615,00

, Juizado Especial . 03.07 ( R\$ 371,59 ) , 25.07 ( R\$ 557,45 ) , 123 ( R\$ 66,15 )

(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor cobrado
995,19

Sacado
FRANCISCO DAS C DE SOUSA X LIDER PROC 00104497220198180002 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

Autenticação mecânica/Ficha de Compensação



27/08/2019 - BANCO DO BRASIL - 16:17:43  
125101251 0026

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: J BARBOSA ADVOGADOS ASS  
AGENCIA: 1251-3 CONTA: 31.969-4

=====

BANCO DO BRASIL

-----

00190000090308812500401293153175180230000099519

BENEFICIARIO:

FUNDO E R M P JUD FERMOJUPI

NOME FANTASIA:

FUNDO ESPECIAL REAP MODER PODER JUD

CNPJ: 10.540.909/0001-96

PAGADOR:

FRANCISCO DAS C DE SOUSA X LIDER PR

CNPJ: 09.248.608/0001-04

-----

NR. DOCUMENTO 82.705

NOSSO NUMERO 30881250001293153

CONVENIO 03088125

DATA DE VENCIMENTO 25/09/2019

DATA DO PAGAMENTO 27/08/2019

VALOR DO DOCUMENTO 995,19

VALOR COBRADO 995,19

=====

NR.AUTENTICACAO 8.B73.8BC.D31.918.BC7